

CAMPANHA SALARIAL 2015

Metalúrgicos reivindicam perdas da inflação (8,34%), mais aumento real de 3%

NENHUM DIREITO A MENOS!



DIGA NÃO À TERCEIRIZAÇÃO

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA 2015



Com a definição do INPC de abril (0,71%, segundo o IBGE), a categoria metalúrgica de Canoas e Nova Santa Rita finalmente sabe por qual reajuste vai lutar nesta campanha salarial. No acumulado, as perdas totalizaram 8,34%. Junto com esta perda, os trabalhadores e trabalhadoras presentes na assembleia geral de abril decidiram reivindicar mais 3% de aumento real para recompor a média salarial reduzida pela alta rotatividade de pessoal nas fábricas (patrões demitem e contratam outros trabalhadores pagando menos).

A pauta de reivindicações deste ano já está nas mãos do sindicato patronal e contém, além dos reajustes salariais acima, propostas de avanços em benefícios e direitos, como alimentação saudável, elevação no valor teto do quinquênio e do abono aposentadoria, avanços em benefícios como o auxílio creche e garantia de emprego, entre outros. Também reivindicam a modificação de algumas cláusulas da Convenção Coletiva, relacionadas ao auxílio previdenciário, liberação do aviso prévio, acordos de compensação, intervalos para repouso e alimentação, acompanhamento de consultas médicas de filhos, entre outras.

Como sempre, nosso sindicato está aberto ao diálogo e à negociação e aguarda o primeiro encontro com a patronal para definir um cronograma de reuniões e dar andamento à campanha salarial. Ao mesmo tempo, está preparando a categoria para os embates das próximas semanas e meses. Neste ano, a luta é pra garantir direitos e evitar retrocessos tanto aqui na categoria, quanto lá em Brasília. Estamos atentos!



29 de maio, Dia Nacional de Paralisação e manifestações rumo à greve geral

Apoie, participe!

As centrais sindicais e movimentos sociais como o MST, o MTD, a UNE, vão promover conjuntamente no dia 29, última sexta-feira do mês de maio, um Dia Nacional de Paralisação. As mobilizações serão definidas no dia e podem paralisar estradas, fábricas, transportes e outros espaços públicos.

O objetivo é chamar a atenção da opinião pública e protestar contra as MPs 664 e 665, que dificultam o acesso a direitos previdenciários; contra o PL 4330, da terceirização sem limites, em tramitação no Senado; contra a falta de democracia, pois trabalhadores/as estão sendo covardemente reprimidos por lutar por seus direitos; contra as medidas patronais e governamentais que geram emprego e recessão; contra a grande mídia que não

divulga ou distorce as informações para manipular os brasileiros; e contra os corruptos e os políticos subservientes a empresários que financiam suas campanhas eleitorais e dilapidam o patrimônio público, como a Petrobras, entre outras questões.

“Está mais do que na hora de reagir. Essa mobilização nacional não será contra ou a favor de governos ou partidos políticos. Será, isto sim, a favor da classe trabalhadora, dos aposentados e desempregados, que hoje sofrem com as decisões tomadas pelos poderes constituídos, que tiram direitos, empregos e a liberdade conquistada a duras penas. A partir desta mobilização vamos iniciar a organização de uma greve geral, caso a agenda conservadora permaneça atingindo trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, pedimos a compreensão, o apoio e a participação de todos”, disse o presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo.



Leia mais na outra página

Em pauta, projeto que modifica cálculo de correção do FGTS

Página 2

TERCEIRIZAÇÃO A luta agora é no Senado Federal

Página 3

SINDICALIZE-SE! Você ajuda seu sindicato e ganha um belo brinde

Página 4

DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS

Aprovadas na Câmara MPs que restringem acesso a benefícios previdenciários

Em apenas três meses, o Congresso Nacional mais conservador do período pós-1964 aprovou mais ataques aos direitos da classe trabalhadora do que em todo o governo militar (1964-1985).

Em caráter de urgência, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4330, que amplia a terceirização para todas as atividades das empresas e, agora, está aprovando as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que mudam as regras de concessão e restringem acesso a benefícios previdenciários, como o seguro-desemprego, abono salarial, seguro-

defeso, pensão por morte e auxílio-doença.

Na noite da quarta-feira, 6 de maio, por 252 a 227 votos, os deputados aprovaram a MP 665, que aumenta o tempo de trabalho para que os/as trabalhadores/as possam solicitar, pela primeira vez, o seguro-desemprego. O governo queria elevar esse período de seis para 18 meses, mas o parlamento reduziu o prazo para 12 meses. Essa MP estabelece também um tempo mínimo de seis meses de trabalho para o/a trabalhadora/a ter acesso ao abono-salarial, que passa a ser proporcional aos meses trabalhados. Antes, todos

recebiam um salário mínimo, independentemente do número de meses trabalhados com carteira assinada.

Para a CUT, essas medidas, assim como a aprovação precipitada do PL 4330, penalizam os trabalhadores mais fragilizados, em especial os que são o público alvo do sistema de seguro-desemprego e pensão por morte. O mesmo raciocínio vale para os 12,7 milhões de terceirizados que têm seus direitos desrespeitados, péssimas condições de trabalho e renda, e que podem tomar calotes dos empresários que fecham as empresas e somem sem pagar sequer salários atrasados.



NÃO MEXAM NOS NOSSOS DIREITOS

Aprovada regulamentação da PEC das Domésticas

O Senado aprovou na quarta-feira, 6 de abril, o projeto que regulamenta direitos dos/as trabalhadores/as domésticos/as. O texto aprovado pelos senadores retoma o que havia sido aprovado no Senado há dois anos, com apenas alguns pontos mudados pela Câmara, como a possibilidade de dedução de despesas com empregados domésticos no Imposto de Renda. O projeto segue para sanção da presidente da República.

Entre os pontos alterados pela Câmara e rejeitados pelos senadores, está o valor da contribuição do empregador para o INSS. A Câmara havia previsto a

contribuição de 12%, mas o Senado retomou a previsão de 8%. A redução é para compensar a cobrança de 0,8% para um seguro contra acidente e 3,2% para a rescisão contratual, que deve ir para um fundo, em conta separada, destinado a cobrir a multa de 40% no caso de demissão do empregado sem justa causa.

Também incluída no texto pela Câmara, a dedução das despesas com a contribuição previdenciária relativa ao empregado doméstico no Imposto de Renda do empregador foi mantida pelo Senado.

Todas as contribuições relativas

ao empregado doméstico serão pagas em um único boleto bancário, por meio do regime unificado de pagamento de tributos, contribuições e demais encargos do empregador doméstico (Simples Doméstico). O documento poderá ser retirado pela internet.

O Senado também rejeitou

mudança da Câmara relativa à compensação de horas. De acordo com o texto aprovado, o trabalho que exceder a 44 horas semanais será compensado com horas extras ou folgas, mas as 40 primeiras horas extras terão que ser remuneradas. As horas-extras excedentes deverão ser compensadas no prazo máximo de um ano.

EDITORIAL

A culpa não é nossa!

A conjuntura econômica do país vem demonstrando uma retração importante, causada pela soma de vários fatores. Entre eles, a crise mundial, o crescimento baixo do PIB brasileiro, a inflação que ultrapassa o teto da meta, os juros altos e o câmbio disparando. Também contam as incertezas geradas a partir dos escândalos de corrupção, o pessimismo dos investidores e a consequente queda nos investimentos, causada sobretudo pela forte restrição dos bancos à concessão de crédito, bancos estes que, no ano passado, tiveram lucros extraordinários (os cinco maiores, lucraram R\$ 60, 3 bilhões, uma evolução de 14,4% em 12 meses, segundo o Dieese).

Embora o quadro mostre um 2015 difícil, o governo federal está fazendo ajustes para destravar a economia, gerar empregos e investimentos para as empresas. Por isso, há indícios de que o 2º semestre de 2015 tende a ser um pouco melhor, fazendo com que a maioria das empresas metalúrgicas possam ter resultados

satisfatórios, assim como aconteceu em 2014.

Isso e mais o fato de que não são os trabalhadores e trabalhadoras os responsáveis pelo eventual insucesso de algumas empresas e pela crise gerada pelo capitalismo brasileiro, crise esta que tem como principais artífices os empresários, os banqueiros e os governantes, a categoria metalúrgica entende que há espaço para a luta, para negociação e para a busca de conquistas salariais e de benefícios.

Neste caso, as mobilizações da campanha salarial iniciada em abril passado serão realizadas normalmente e serão fundamentais para a conquista de uma boa convenção coletiva, com reajuste de salários e avanços ou manutenção de direitos.

A direção do sindicato é de luta, mas precisa do apoio, da união e da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras. A culpa da crise não é nossa e, portanto, não temos de ter receio de arregaçar as mangas e ir para a luta pra conquistar o que é nosso.

Em pauta, projeto que modifica cálculo de correção do FGTS

Está na pauta da Câmara dos Deputados a votação em caráter de urgência do Projeto de Lei 1358/15, que modifica o cálculo de correção do FGTS. De acordo com o texto do PL 1358, os depósitos poderão ser remunerados com as mesmas taxas da caderneta de poupança, elevando o rendimento do FGTS.

A proposta corrige uma distorção histórica, não modifica os atuais investimentos e vale só para depósitos feitos a partir de janeiro de 2016, que serão corrigidos pela TR mais 0,5% ao mês, quando a taxa Selic for superior a 8,5% (atualmente essa taxa está em 13,25%). Quando os juros forem inferiores a 8,5%, a correção será de TR acrescida de 70% da taxa Selic.

FIQUE ATENTO!

O único ponto negativo é que o projeto – uma antiga reivindicação da CUT, ignorada durante muitos anos pelo parlamento



conservador - foi apresentado de forma oportunista e casuística por deputados que vem tirando direitos da classe trabalhadora, entre os quais o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o deputado Paulinho da Força, que votaram a favor da terceirização sem limites. Na verdade, eles querem iludir os trabalhadores e fazer politicagem. Querem fugir das críticas recebidas por terem apoiado projetos que tiram direitos trabalhistas, querem valorizar um direito (FGTS) que eles mesmos lutam para acabar, pois, caso a terceirização sem limites seja aprovada, as empresas poderão contratar trabalhadores como PJ (pessoa jurídica), sem FGTS e outros direitos. Por fim, esses deputados também querem constranger/desgastar o governo, que pode se opor ao projeto, já que luta para diminuir os gastos públicos e fazer os ajustes fiscais que a economia nacional exige.

INFORME - Deptº Médico

Desde o último dia 8 de maio, as consultas médicas estão sendo feitas pela Drª Cristine Poloni, em substituição a Drª Célia Schenkel. A médica atenderá 12 consultas diárias sempre pela manhã, de segunda à sexta-feira, por ordem de chegada.

NÃO À TERCEIRIZAÇÃO ESCRAVIZANTE**A luta agora é no Senado**

Após a votação da emenda aglutinativa no dia 22 de abril, a Câmara Federal, por 230 votos favoráveis e 203 contrários, conseguiu piorar ainda mais o PL 4330 para a classe trabalhadora. Na ocasião, foram desconsideradas as propostas apresentadas por deputados contrários à terceirização e incluídas outras que trazem mais retrocessos, como a "quarterização (possibilidade de as terceirizadas subcontratarem outras empresas para fazer o trabalho).

A redação final do PL foi encaminhada para o Senado Federal,

onde foi registrada como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015.

O presidente da casa, senador Renan Calheiros, que havia prometido ampliar o debate sobre o tema com a sociedade por meio de audiências públicas e sessões temáticas e dar tramitação normal ao projeto, fazendo-o passar por comissões que analisam a constitucionalidade, os impactos sociais e econômicos, entre outras análises e aprovações que antecedem a votação em plenário, mudou o discurso e passou a defender a regulamentação rápida da

terceirização após reunião de mais de três horas com o presidente da Fiesp na sexta-feira, dia 8 de maio.

A luta continua!

Os patrões estão pressionando e, quem sabe, comprando apoios para que a terceirização passe no Senado. Tá na hora de a gente dar a resposta, retomarmos com mais força e vigor a luta contra a terceirização escravizante e sem limites. Todo apoio à mobilização do dia 29 de maio!

**FORMAÇÃO****CUT, federações e sindicatos do RS investem na formação sindical do macrossetor da indústria**

Depois de três meses de debates em torno de um projeto de formação sindical articulado entre os ramos que compõem o chamado macrossetor da indústria (metal-mecânico, coureiro-calçadista, químico e farmacêutico e alimentação), a CUT e as federações/sindicatos filiados no RS realizaram em março o primeiro encontro de formação, tendo como eixo principal "os projetos para o Brasil em disputa".

O encontro teve a participação de 58 dirigentes sindicais de 26 sindicatos e debateu aspectos do desenvolvimento econômico do Brasil, o contexto internacional e os projetos em disputa no campo.

Segundo o presidente do nosso sindicato e secretário de Formação da

Federação dos Metalúrgicos, Paulo Chitolina, o programa de formação política e sindical terá mais quatro encontros no decorrer de 2015. O próximo será realizado de 1º a 3 de junho e terá como eixo a "industrialização do Brasil e do RS e as propostas dos trabalhadores". Quatro dirigentes do nosso sindicato participam do curso.

**FÁBRICAS****Dirigentes negociam PLR na Maxiforja**

A proposta para discutir os valores da PLR – Participação nos Lucros e Resultados da Maxiforja (lá chamado de PMR – Programa Maxire resultados) já está em discussão entre as partes. As comissões de representantes da empresa e dos trabalhadores, inclusive dirigentes sindicais, discutem metas, produtividade e qualidade da produção para o ano de 2015.

Até o momento, a comissão dos trabalhadores e os representantes do Sindicato na negociação julgaram o plano de indicadores de metas apresentado pela empresa muito pesado aos trabalhadores. Nas próximas reuniões, vão tentar mudar tais metas, tornando-as mais aceitáveis. A entidade luta para que se estabeleçam metas possíveis de serem atingidas e que não coloquem em risco a saúde e integridade física dos trabalhadores, tanto na Maxiforja como em qualquer outra empresa.

Sindicato fecha acordo após incêndio na Original Pilates

Depois de quase seis meses de negociações, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos fechou um bom acordo para os trabalhadores da Orininal Pilates.

A fábrica, localizada no bairro Mathias Velho, pegou fogo em novembro de 2014 e, desde então, os funcionários estavam sem salários. O patrão por sua vez, alegava falta de condições para pagar, o que forçou o sindicato a entrar com uma ação para bloquear seus bens.

Em março foi realizada uma audiência de conciliação e um acordo que garantiu a rescisão a partir daquele mês, o pagamento de todos os direitos rescisórios e de uma multa de R\$ 3 mil por danos morais, já que os trabalhadores foram submetidos a situações humilhantes durante alguns meses, devido à falta de salários.

JURÍDICO INFORMA**VOCÊ PODERÁ SER TERCEIRIZADO!**

Com o avanço do Projeto de Lei 4330, de autoria de Sandro Mabel (PL-GO), aprovado na Câmara dos Deputados e agora em tramitação no Senado, a "Lei da Terceirização" passa a ser cada vez mais uma realidade na vida dos trabalhadores. Esse polêmico projeto legal trata basicamente da flexibilização dos contratos de trabalhadores para as atividades fim das empresas. Em outras palavras, o PL 4330 permite aos empregadores contratar funcionários terceirizados para QUALQUER atividade dentro da empresa.

Se o projeto for aprovado, essas medidas passam a ser lei, tendo efeitos sensivelmente danosos para todos os trabalhadores, inclusive para os servidores públicos. Isso porque, via de regra, os trabalhadores terceirizados tendem a ter salários 25% menores que os dos funcionários regulares (de acordo com o DIEESE), o que estimularia a demissão dos funcionários da empresa em prol dos terceirizados. Nesse contexto, as condições da relação de emprego ficam ainda mais precárias do que já são.

A responsabilidade sobre o pagamento dos encargos previdenciários e trabalhistas (como o FGTS, por exemplo) fica submetida às empresas terceirizadoras que gerenciam e administram os trabalhadores, que têm poder econômico muito menor que as tomadoras de serviço, ficando cada mais difícil que os direitos trabalhistas sejam pagos devidamente. Da mesma forma, a empresa tomadora do serviço passa a ser responsável apenas subsidiariamente pelas verbas trabalhistas, ou seja, impossibilitando a responsabilidade da contratante em possíveis ações trabalhistas.

Da mesma forma, o trabalhador que foi demitido, vai poder ser contratado por uma terceirizada para realizar O MESMO TRABALHO por um salário menor e com cada vez menos garantias de permanência no emprego. O trabalhador terceirizado ficará à mercê das terceirizadoras, mudando de empresa ao sabor da demanda de mão de obra, literalmente podendo estar um dia numa empresa e, no outro dia, em outra, noutra localidade.

Ainda, os trabalhadores poderão ser contratados como Pessoas Jurídicas (PJ), atuando como prestadores de serviço dentro das empresas tomadoras. Assim, os trabalhadores vão terceirizar a própria mão de obra, podendo ser contratados sem qualquer direito trabalhista assegurado, tais como férias, 13º, horas extras, FGTS, INSS, etc. Os funcionários podem ser empregados da empresa contratada para a execução da atividade, mas também podem ser coagidos a abrir uma empresa individual para prestar os serviços que antes realizavam como assalariados. A pessoa física se transforma em Pessoa Jurídica. A relação assalariada passa ser uma relação comercial e a CLT é substituída pelo Código Civil.

Se não bastasse, as empresas tomadoras de serviço, não terão mais responsabilidade sobre os trabalhadores, não tomarão mais as precauções com segurança e saúde desses trabalhadores terceirizados. Isso se traduzirá num aumento dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais, uma vez que as indenizações não serão de responsabilidade da empresa tomadora.

Em suma: o PL 4330, a curto e longo prazo, trará os seguintes problemas aos trabalhadores: redução dos salários, demissões em massa, aumento de acidentes, doenças e mortes ligadas ao trabalho, precarização das garantias trabalhistas, aumento das relações abusivas entre empresa tomadora e trabalhadores terceirizados, e, por causa da maior fragilidade econômica das empresas terceirizadoras, dificuldade no pagamento das condenações trabalhistas.

Por fim, o PL 4330, nas palavras do sociólogo Ruy Braga, "foi a pior derrota dos trabalhadores brasileiros desde o golpe de 64" e, o pior, isso pode acontecer com VOCÊ!

Mais do que nunca os trabalhadores devem estar unidos contra esse RETROCESSO apresentado pela Câmara dos Deputados mais reacionária desde a redemocratização!

Escritório Woida, Magnago, Skrebsky, Colla & Advogados Associados

DIA DO/A TRABALHADOR/A**1º de Maio reúne milhares na Usina do Gasômetro**

Na tarde de sexta-feira, 1º de maio, milhares de trabalhadores foram até a Usina do Gasômetro para celebrar o Dia Internacional do Trabalhador e lutar por mais direitos, democracia e diversidade. Entre eles estavam metalúrgicos da região e dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Infelizmente, a grande mídia não deu o destaque que dá aos atos promovidos pela elite que persegue ou reprime partidos e movimentos sociais de esquerda, incentiva o golpismo e pede intervenção militar (veja ao lado).

Durante a celebração, representantes dos movimentos sociais defenderam pautas relacionadas aos jovens, negros, mulheres, estudantes, LGBT, direitos humanos, reforma urbana para garantir direito à moradia digna a todos, reforma agrária e reforma política com o fim do financiamento empresarial para campanhas eleitorais.



Também se manifestaram contra o avanço das pautas conservadoras do Congresso Nacional, a

redução da maioria penal e o massacre dos professores do Paraná, reprimidos pelo governo local. Por fim, manifestaram-se contra o imobilismo dos governos da Capital e do RS, que não atendem os interesses dos cidadãos e cidadãs e da classe trabalhadora em geral, especialmente os servidores públicos.

Encerrando o ato do Dia do Trabalhador, o presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo, agradeceu a mobilização dos sindicatos filiados à entidade e salientou que a mobilização contra o 4330 deve se intensificar ainda mais. "Também temos que ficar atentos ao ajuste fiscal do governo. Se querem equilibrar as contas, que façam taxando as grandes fortunas e não retirando direitos dos trabalhadores", disse.

**Seminário do FSST debate saúde e condições de trabalho**

Marcado por homenagens e debates, o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho foi realizado na terça, 28 de abril, para debater a saúde, as condições de trabalho que adoecem, mutilam e matam milhares de trabalhadores/as no mundo todo. Só no Brasil são 700 mil casos por ano, sendo que 2,7 mil acabam em morte, número que pode ser maior por causa dos problemas de notificação.

Pela manhã, o seminário que teve a presença de trabalhadores e dirigentes sindicais, inclusive dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e NSRita, discutiu a saúde mental, a contaminação na alimentação por agrotóxicos, os problemas nos atendimentos feitos por peritos do INSS e médicos do Trabalho das empresas, e ataques contra o Projeto de Lei 4330, conhecido como o PL da Escravidão, dominaram os debates.

À tarde, a atuação dos Cerest - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, as medidas provisórias que dificultam o acesso a benefícios previdenciários, os números alarmantes e mascarados

pela subnotificação e por manobras na caracterização do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP, a possibilidade de a BR 12 ser extinta ou flexibilizada e, mais uma vez, o PL da escravidão, foram os temas abordados pelos painelistas e debatedores presentes, entre os quais advogados, médicos do Trabalho e magistrados da Justiça do Trabalho.

**Repressão e luta de classes**

A repressão às mobilizações dos movimentos sociais, especialmente contra o movimento sindical que luta contra a retirada de direitos, continua. E vem crescendo à medida que o conservadorismo tenta retirar direitos da classe trabalhadora. Começou em 2013, com as grandes mobilizações sociais, se intensificou no conturbado ano de 2014 e entrou 2015 mais seletiva, atacando a militância sindical. Destacam-se a repressão em frente ao Congresso Nacional no dia 7 de abril e a repressão contra os professores do Paraná, dia 29 de abril, próximo à assembleia legislativa e à sede do governo do Estado.

No primeiro caso, enquanto a entrada e o trânsito dentro do congresso eram liberados para empresários, os sindicalistas eram barrados a pauladas, spray de pimenta e bombas de efeito moral. No caso dos professores do Paraná, eles sequer tiveram a chance de chegar próximo aos prédios do governo. Foram atacados pela polícia com o aparato citado acima, mais jatos de água gelada e cães que acabaram atacando até os jornalistas que faziam a cobertura da repressão. "Quem gosta de pedir a volta dos militares ao poder, deveria fazer um 'estágio' nestas mobilizações do movimento sindical para ver o que é bom", ironizou o presidente do sindicato Paulo Chitolina, se referindo às mobilizações sem sentido feitas por pessoas de classe alta em seus bairros chiques, batendo panelas vazias, como se estivessem passando fome.

Felizmente, não há casos fatais, mas essa luta de classes tem deixado vítimas em apenas um lado. Centenas de manifestantes são hospitalizados e dezenas, presos e hoje respondem a processos por crimes que não cometeram, como desacato e agressão à autoridade policial e depredação de patrimônio público, entre outros.

Pinga fogo na porta das fábricas

Desde abril deste ano, a Federação dos Metalúrgicos da CUT, junto com os sindicatos filiados, produz o jornal semanal, Pinga Fogo, voltado à veiculação de informações político/econômicas, a nível estadual e nacional, além de questões ligadas aos direitos dos trabalhadores.

**SINDICALIZE-SE!**

Uma categoria forte e combativa se constrói com a luta de todos. O Sindicato dos Metalúrgicos, na busca por este fortalecimento, reforça a necessidade da sindicalização como uma alternativa de afirmar a participação de todos os trabalhadores nesta caminhada.

Os sócios, além de participarem diretamente de decisões importantes da entidade, como a escolha da direção a cada triênio, contam com uma série de benefícios.

O Sindicato, localizado no centro de Canoas, conta com assistência jurídica e médica, além de inúmeras parcerias e convênios. O espaço também oferece salão de festas, quadra de futsal, bocha e boliche e também um espaço climatizado para eventos com churrasqueira.

Durante todo o ano, os sócios também podem

desfrutar da Colônia de Férias dos Metalúrgicos, localizada na praia de Mariluz, com estrutura ampla de lazer e segurança.

Sindicalize-se! Ao se associar, o novo associado pode escolher um dos dois belíssimos brindes com a marca do sindicato: um conjunto de talheres para churrasco ou uma cuia acompanhada de bomba de chimarrão.

Interessados podem preencher o formulário de sócio disponível no site do Sindicato (www.sindimetalcanoas.org.br) ou diretamente na sede do Sindicato, localizada na rua Caramuru, 330 - centro, Canoas.

**EXPEDIENTE**

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC
Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: contato@sindimetalcanoas.org.br - Facebook: [/sindicato.metalurgicodecanoas](https://www.facebook.com/sindicato.metalurgicodecanoas) - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Sílvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. n.º 8658) e Rita Correa Garrido - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.